

115, Dir.  
da  
11008;  
0111014  
acheco,  
sf:  
13214; Fax:  
3102213;  
226151011  
0; Fax:  
PÚBLICO.  
Sede: Lugar

do Espido, Via Norte, Maia. Capital  
Social €50.000,00. Detentor de mais  
de 10% do capital. Sonae Telecom,  
BV **Impressão** Unipress, Travessa  
de Anselmo Braancamp, 220, 4410-  
350 Arcozelo, Valadares; Telef.:  
227537030. Lisgráfica - Impressão  
e Artes Gráficas, SA, Estrada  
Consiglieri Pedroso, 90, Queluz  
de Baixo, 2730-053 Barcarena.  
Telef.: 214345400 **Distribuição**  
Logista Portugal - Distribuição

de Publicações, SA, Lisboa; Telef.:  
219267800, Fax: 219267866; Porto:  
Telef.: 227169600/l, Fax: 227162123;  
Algarve: Telef.: 289363380, Fax:  
289363388; Coimbra: Telef.:  
239980350, Fax: 239983605.  
**Assinaturas** 806200095  
Tiragem média total de Dezembro  
**43.909 exemplares**  
**Membro da APCT - Associação**  
**Portuguesa do Controlo de**  
**Tiragem**

## Debate Património e museus

# A propósito da não-renovação da direcção de Luís Raposo no MNA



**Raquel Henriques da Silva**

Membro da Secção Museus do Conselho Nacional de Cultura, por escolha das universidades com ensino de Museologia

**D**esde a tomada de posse do Governo, o sector do património e dos museus vive entregue a si próprio, com chefias a prazo e ausência total de linhas direccionais de actuação. Aguarda-se a publicação da Lei Orgânica da nova Direcção-Geral do Património que reunirá amplísimas funções, repondo, em grande medida, o quadro existente na década de 1980. Não houve discussões prévias, reflexão conjunta, consultas a especialistas. Antes um pesado silêncio, permitindo considerar que a razão de ser de tão grande reforma é apenas financeira.

No caso dos museus, ainda tutelados pelo fantasmático Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e com orçamentos zero, vive-se uma situação paradoxal: por um lado, o milagre de se manterem abertos com

dignidade e, em alguns casos, com excelente programação; por outro, uma inquietação indagadora e cicante sobre as mudanças anunciadas e quem as irá desempenhar, inscrita num clima de medo.

Peso o que acabei de dizer: na ausência de articulação produtiva com o director do IMC, os directores dos museus tutelados sentem-se ameaçados com o uso discricionário da não-renovação dos seus lugares. Já aconteceu a alguns, e não a outros, pode acontecer no próximo mês ou no seguinte... Fazem-se vaticínios, procura-se compreender a lógica... Por exemplo, será que os directores que assinaram uma carta para a tutela, com algum teor reivindicativo, são os que estão a ser despedidos?

Neste contexto deprimentíssimo, eis que salta para os jornais a notícia da não-renovação da comissão do Luís Raposo (L.R.), director do Museu Nacional de Arqueologia (MNA) e presidente do ICOM-Portugal. Ao contrário de outros, L.R. não recebeu a notícia em silêncio, divulgando, com a sua habitual frontalidade, que não lhe foram apresentadas razões para o acto, comunicado por carta com atraso administrativo.

Quem acompanhou os acontecimentos dos últimos anos, sabe que L.R. confrontou duramente o IMC e o Ministério da Cultura pelas decisões anunciadas para o MNA que garantiam a sua reinstalação na Cordoaria, com a entrega do seu actual espaço ao Museu de Marinha. Além de confrontar, resistiu, o mais que pôde, à humilhação de ter que devolver àquele museu a chamada Torre Oca, sem razão de ser, senão a de executar uma decisão espúria da então ministra.

Mas, além do que diz respeito ao MNA, L.R. manifestou-se criticamente sobre outros aspectos da actuação do IMC e, no início desta legislatura, escreveu um artigo poderoso, levantando dúvidas sobre a orgânica anunciada para o Património.

Na maioria dos casos, concordei e continuo a concordar com as críticas de L.R. e admiro a sua militância, tão rara no meio dos museus em Portugal. Claro que sei que um director deve lealdade à tutela e o cumprimento das suas políticas. Mas esses pesados deveres só têm sentido quando a tutela é ela própria leal às suas equipas, coerente no enunciado das políticas e aberta à sua discussão entre especialistas. Senão, o mando é prepotência antidemocrática.

Na minha opinião, é o que acontece actualmente no IMC, autorizando a leitura, que é minha e de muita gente: a não-renovação da comissão de L.R. é acerto de contas mesquinho e exercício de falsa autoridade.